

2013-2023: 10 ANOS DA GREVE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL RJ



Há 10 anos, em 8 de agosto de 2013, os profissionais de educação da rede municipal do Rio de Janeiro, em assembleia na sede do América, na Tijuca, iniciaram uma greve histórica, durante os meses de agosto, setembro e outubro (50 dias ao todo, somadas as duas fases). A greve mobilizou as escolas e a categoria, em assembleias e passeatas massivas, que ganharam o apoio da população carioca para a luta em defesa da educação pública de qualidade.

Na época, a categoria tinha uma proposta de Plano de Carreira, Cargos e Remunerações (PCCR). Mas o prefeito Eduardo Paes, a então secretária de Educação, Cláudia Costin, e a bancada governista

da Câmara de Vereadores fizeram outro plano, sem a nossa participação. No dia 1º de outubro daquele ano, a proposta do governo foi votada em regime de urgência e aprovada pelos vereadores, num dia que ficou na memória da categoria como o dia da vergonha, com a Cinelândia sitiada, com grades e cercada pela tropa de choque da PM para impedir a entrada dos educadores para acompanhar a votação. Durante a votação, muitos profissionais foram atacados com balas de borracha e bombas de efeito moral.

A greve também teve conquistas importantes, inclusive de cunho salarial, comprovando que vale a pena lutar. Neste boletim, mostramos um pouco dessa luta e conquistas.

AGENDA



OCUPA CINELÂNDIA

PARTICIPE DA Ocupação cultural, na semana em que a rede municipal ocupou a Câmara em 2013

TERÇA-FEIRA
26/09
A PARTIR DAS 16H

Ainda tem a sua camisa da greve? Venha com ela!





Conquistas da greve de 2013

Equiparação salarial entre o P1 e o P2, criando a mesma hora-aula para todos a partir da formação e das cargas horárias respectivas;

Reajuste salarial de 8%, acima da inflação da época;

Aumento do vencimento base dos funcionários para um salário mínimo, aplicado em seguida aos 8%;

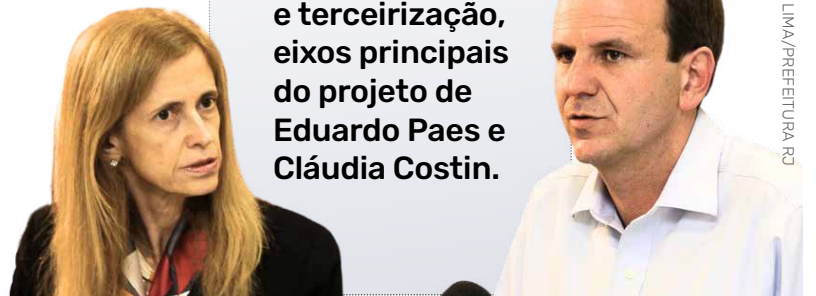
Direito à origem na unidade escolar;

Criação do Grupo de Trabalho para a implementação do 1/3 extraclasse;

Direito à climatização das escolas;

Após 20 anos desde a última grande greve, a categoria não teve medo de parar as escolas e ir para as ruas reivindicar seus direitos;

Greve denunciou a meritocracia e terceirização, eixos principais do projeto de Eduardo Paes e Cláudia Costin.



Greve teve repercussão nacional;

Principais críticas do Sepe ao plano de carreira

O atual plano de carreira da educação municipal do Rio de Janeiro foi aprovado a toque de caixa na Câmara de Vereadores em outubro de 2013, sem que a categoria fosse ouvida, quebrando o acordo que o então prefeito Eduardo Paes, em sua 2ª gestão, tinha feito com o Sepe. Veja as principais críticas ao atual PCCR:

1) O PCCR não é unificado, mas um arremedo de diferentes Planos de Carreiras. Ou seja, um documento que impõe diferentes formas de progressão para cada cargo da rede;
2) Não contempla a grande maioria da categoria, uma vez que priorizou apenas os direitos dos professores em regime de 40 horas semanais;

3) Não ofereceu uma possibilidade real de migração dos professores para o regime de 40 horas, pois condiciona essa a diversas situações (art. 27);
4) Não contemplou em nada os profissionais que não optam pela migração;
5) Criou cargos com atribuições excessivas (Agente de Apoio à Educação);

Como estaria o seu salário hoje, sem a greve de 2013

A greve conquistou a equiparação salarial entre o PI e o PII, além do reajuste acima da inflação, tendo sido incorporado ao Plano de Carreira aprovado naquele ano. Para essas conquistas, que repercutem até hoje, a nossa luta foi fundamental. Veja, nas tabelas a seguir, uma simulação com os salários dos(as) professores(as) antes do PCCR e agora, com o Plano.

Os Servidores Municipais em geral (não só os da Educação) tiveram 45,12% de reajuste após outubro de 2013. Os Servidores da Educação, tiveram (a depender da carreira e da escolaridade) pelo menos 8% a mais incorporados em outubro daquele ano.

TABELA 1

REAJUSTES SERVIDORES MUNICIPAIS RIO DE JANEIRO APÓS IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

	LEGISLAÇÃO (Decreto Rio)	REAJUSTE
2014	n° 38.878	6,34%
2015	n° 40.759	10,34%
2016	n° 42.158	8,53%
2019	n° 45.660	8,17%
2022	n° 51.810	5,35%
	Acumulado	45,12%

Tomando o PII com jornada de 22,5 horas semanais e formação de Ensino Médio como exemplo, temos uma simulação com os vencimentos de agosto de 2013 reajustado conforme os Decretos posteriores (o que daria os 45,12% no acumulado) e os vencimentos

de fato praticados em agosto de 2023, o equivalente a uma variação de 51,88% no mesmo período.

As diferenças são de pelo menos **R\$ 921,84 por mês**, ou de R\$ 12.288,11 em um ano (considerando 13° salário e abono de férias) no primeiro nível da tabela.

TABELA 2

VENCIMENTOS INICIAIS DAS CARREIRAS DO PROFESSOR II DO RIO DE JANEIRO, 22,5 HORAS SEMANAIS E ENSINO MÉDIO EM AGOSTO DE 2013, SIMULAÇÃO DESTES VENCIMENTOS REAJUSTADOS CONFORME OS REAJUSTES GERAIS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (SEM APLICAÇÃO DO PCCR EM OUTUBRO DE 2013) E VENCIMENTOS EM AGOSTO DE 2023 POR NÍVEIS

NÍVEL	SEM PCCR	COM PCCR	DIFERENÇA		
	VENCIMENTOS ANTES DO PCCR (AGO/2013) (A)	VENCIMENTOS ANTES DO PCCR (AGO/2013) CORRIGIDOS PELOS REAJUSTES GERAIS DOS SERVIDORES MUNICIPAIS (B)	VENCIMENTOS AGO/2023 (C)	(C-B)	(C/B)
1	1.224,53	1.777,01	2.698,85	921,84	51,88%
2	1.273,51	1.848,09	2.806,80	958,71	51,88%
3	1.324,45	1.922,02	2.919,08	997,06	51,88%
4	1.377,43	1.998,90	3.035,84	1.036,94	51,88%
5	1.432,53	2.078,85	3.157,27	1.078,42	51,88%
6	1.489,83	2.162,01	3.283,56	1.121,56	51,88%
7	1.549,42	2.248,49	3.414,91	1.166,42	51,88%

Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Elaboração: DIEESE. Subseção SEPE-RJ.

6) Não incluiu a Lei do Piso Nacional do Magistério que determina 1/3 de planejamento extraclasse para toda a categoria, e revogou o direito dos poucos que tinham, conforme artigo 10 da Lei 1881/92, revogada no artigo 44 do PCCR;
7) Não instituiu uma data-base para aumento dos vencimentos da categoria;
8) Não valorizou o profissional de educação nem por tempo de serviço (manteve os 4% por triênio) e nem por formação (impondo índices mínimos e variáveis por qualificação acadêmica);

9) Não adotou a nomenclatura de cozinheira escolar, mantendo a exploração destas profissionais como merendeiras – somente agora conseguimos reverter essa situação;
10) Não garantiu a eleição direta, pela comunidade escolar, para diretores das unidades de ensino;
11) Retirou a paridade dos aposentados;
12) Não acatou a proposta histórica de regime de 30h para os funcionários administrativos;
13) Subordinou auxiliares de creche a professores, desrespeitando esse setor da categoria.



SAMUEL TOSTA/ARQUIVO SEPE

LINHA DO TEMPO

AGOSTO/2013

08/08: Assembleia na sede do América, na Tijuca, deflagra a greve na rede municipal. Em seguida, teve ato na prefeitura.

14/08: Assembleia no Largo do Machado seguida de passeata até o Palácio da Cidade, em Botafogo, reuniu dezenas de milhares de profissionais e contou com o apoio da população nas ruas por onde passou.

23/08: Ato de protesto na Cinelândia para desmascarar as mentiras do prefeito Eduardo Paes sobre a educação municipal.

26/08: Assembleia no Terreirão do Samba decidiu pela continuidade da greve.

SETEMBRO/2013

10/09: Milhares de profissionais de educação lotaram o Club Municipal e decidiram pela suspensão da greve e manutenção do estado de greve, aguardando o cumprimento das promessas feitas pelo governo (inclusão do Sepe na GT do Plano de Carreira e no GT das questões pedagógicas, entre outras).

17/09: Manifestação e vigília na Cinelândia para aguardar a entrega do projeto de Plano de Carreira.



SAMUEL TOSTA/ARQUIVO SEPE

20/09: As escolas municipais decidiram, por unanimidade, em assembleia no Club Municipal pela volta à greve. Em seguida, ocorreu uma passeata até a prefeitura.

26/09: Ocupação do plenário da Câmara Municipal. Mais de uma centena de profissionais exigiram a retirada do projeto de Plano de Carreira enviado pelo prefeito para

votação em regime de urgência. A categoria acampou no entorno da Câmara e iniciou uma vigília de 24 horas, contra o PCCR do prefeito.

28/09: Desocupação da Câmara pela polícia, com violência e sem ordem judicial, provocou ferimentos e a detenção de dois profissionais de educação. Advogados do Sepe e a categoria foram à 5ª DP para liberar os presos.

OUTUBRO/2013



SAMUEL TOSTA/ARQUIVO SEPE

01/10: Os governos estadual, municipal e a presidência da Câmara promovem um verdadeiro sítio na área da Cinelândia para votar a qualquer preço o PCCR do prefeito. Os policiais do Batalhão de Choque fizeram uso da violência desproporcional para impedir a entrada da categoria na votação e liberar o entorno da Cinelândia, com uso de bombas, cassetetes e gás de pimenta contra os profissionais da rede municipal, manifestantes e a população que se encontrava na área da Cinelândia. No mesmo dia, a Câmara aprovou, por 36 votos a 3, o PCCR, que já havia sido rejeitado por toda a categoria.

07/10: A passeata em defesa da educação e contra as violências do Estado reuniu mais de 40 mil pessoas, que tomaram a Avenida Rio Branco para protestar contra a repressão da PM às manifestações e pelo livre direito de expressão. Ao final, quando os manifestantes já se encontravam na Cinelândia, conflitos violentos entre policiais e grupos de manifestantes mostraram que, mais uma vez, o aparato de segurança do governo do esta-

do não tem condição de atuar em protestos desta natureza.

15/10: A passeata da educação, no Centro do Rio, reuniu dezenas de milhares de pessoas que foram defender a educação pública de qualidade para todos. A população apoiou os educadores e participou da marcha, que terminou na Cinelândia. Depois da manifestação, ocorreram atos de violência com a PM reprimindo manifestantes que permaneceram na área da Cinelândia e atacando um acampamento do movimento Ocupa Câmara.

25/10:

Profissionais de educação da rede municipal do Rio, em assembleia realizada no Club Municipal, decidiram pela suspensão da greve da categoria (foto pág. 2).

